



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo:** 00327315120198172001

**TOKIO MARINE SEGURADORA S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **THIAGO HENRIQUE SILVA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 08/08/2015, resultando em invalidez permanente.

Assim, requereu administrativamente indenização, vindo a receber o valor de R\$4.725,00, de acordo com avaliação médica, conforme demonstrado abaixo:

**PARECER DE PERÍCIA MÉDICA****DADOS DO SINISTRO**

**Número:** 3160665883 **Cidade:** Recife **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** THIAGO HENRIQUE SILVA DE JESUS **Data do acidente:** 08/08/2015 **Seguradora:** COMPANHIA DE SEGUROS  
ALIANÇA DO BRASIL

**PARECER**

**Diagnóstico:** Fratura exposta de tíbia e fíbula do membro inferior direito.

**Descrição do exame médico pericial:** Limitação da adm do joelho a flexo extensão, deformidade em varo, discreto encurtamento em relação ao membro contra-lateral, marcha claudicante.

**Resultados terapêuticos:** Osteossíntese com placa e parafusos. Fisioterapia posteriormente.  
Não houve complicações.

**Sequelas permanentes:** Limitação funcional moderada do MID.

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 19/11/2016

**Conduta mantida:**

**Observações:**

**Médico examinador:** Victor Ramires Reynaux Borba

**CRM do médico:** 021266

**UF do CRM do médico:** PE

**DANOS**

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00

BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 23/11/2016

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 4.725,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: THIAGO HENRIQUE SILVA DE JESUS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03017

CONTA: 000000055329-0

Nr. da Autenticação 7FC54AB3E459FE05

Após deferimento da produção de prova pericial, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar o grau da suposta Invalidez do autor sendo apurado o percentual de 75% de incapacidade do membro.

Em contrapartida, cabe ressaltar que na perícia médica realizada administrativamente a ré utilizou as regras da tabela inserida na Lei 11.945/09 e Sumula do 474 do STJ, efetuando o pagamento administrativo no importe de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), **não sendo crível que a lesão tenha se agravado nesse período entre o pedido administrativo e o laudo pericial judicial.**

Desta forma, em razão à elevada graduação apurada no respeitável laudo pericial, pugna a Ré pela intimação do Perito do juízo para que preste esclarecimento uma vez que **não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação.**

Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 3 de dezembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**